



Relato de Experiência

II ENCONTRO DE MULHERES CONHECEDORAS DE PLANTAS MEDICINAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA: formação bio histórica e sustentabilidade

Olivia Macedo Miranda de Medeiros (UFNT)
olivia.cormineiro@ufnt.du.br
Euclides Antunes de Medeiros (UFNT)
euclides.medeiros@ufnt.edu.br

)

I. Resumo

A proposta do “II Encontro de Mulheres Conhecedoras de plantas medicinais da Comunidade Quilombola Dona Juscelina: formação bio histórica e sustentabilidade” nasce das demandas das conhecedoras, e visa fortalecer a formação das consciências histórica (Rüsen, 2001), política e de sociobiodiversidade das mulheres da comunidade, com vistas instrumentalizá-las a construir estratégias sustentáveis de sociobiodiversidade, por meio de oficinas formativas - reflexivas e práticas – que aprimorem suas potencialidades para agenciarem a sistematização de suas práticas de sociobiodiversidade (Castro; Danowski, 2014). Por meio de uma metodologia formativa e participativa (Freire, 2007; Thiollent, 1986), concluiu-se que a atenção à biodiversidade praticada pelas mulheres quilombolas se constitui um instrumento político de luta pela retomada do território que atende demandas sustentáveis globais.

Palavras-chave: Quilombo Dona Juscelina, sociobiodiversidade, mulheres, território.

II. Introdução

Esse relato de experiência trata-se da organização, preparação e realização do II Encontro de Mulheres conhecedoras “II Encontro de Mulheres Conhecedoras de plantas medicinais da Comunidade Quilombola Dona Juscelina: formação bio histórica e sustentabilidade” . A Comunidade Dona Juscelina foi fundada na década de 1960 às margens do Rio Murici, norte de Goiás, por descendentes de pessoas escravizadas vindas do Maranhão. Na década de 1990, a comunidade foi reconhecida como remanescente de quilombo pela FCP¹, porém foi classificada como “quilombo urbano”, o que lhes impediu de acessar o seu território, expropriado violentamente na década de 1970. Dona Juscelina, principal liderança do grupo até sua morte de 2021, buscou manter viva a identidade do grupo por meio da valorização de seus repertórios e o 1º Encontro de mulheres faz parte de seu legado.

No lastro do 1º Encontro, que trabalhou exitosamente para fortalecer seus repertórios com plantas medicinais, as mulheres quilombolas concluíram que suas demandas, além do repertório referido, exigem outros esforços formativos. Assim, elas elaboraram duas questões que, em certa medida, nortearam a proposta atual, qual sejam: 1) A percepção de que suas práticas de sociobiodiversidade envolve outras áreas, como a conservação do rio Murici e a construção de fornos e fogões. 2) a necessidade da revitalização do movimento de luta pela retomada do território da comunidade. Essas duas questões norteadoras inspiraram a construção da proposta desse II Encontro, dando ênfase no aspecto político da formação da consciência histórica.

Metodologicamente, o “II Encontro de Mulheres Conhecedoras...” teve caráter formativo e participativo (Freire, 2007; Thiollent, 1986) e o cronograma consistiu em 02 etapas cujas atividades, à exceção das reuniões de equipe, foram realizadas na Comunidade, localizada em Muricilândia-TO. A 1ª etapa consistiu na preparação do evento, enquanto a 2ª etapa consistiu no Encontro em si e de uma reunião avaliativa.

III. Objetivos

Geral: Fortalecer a formação bio histórica e de sociobiodiversidade das mulheres da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, com vistas atender à ODS 1.4 que visa garantir aos grupos mais vulneráveis, direitos iguais a vários recursos, bem como acesso a

¹ Fundação Cultural Palmares.

propriedade e controle sobre a terra.

Específicos:

- 1- Promover II Encontro de Mulheres Conhecedoras de plantas medicinais da Comunidade Dona Juscelina: formação biohistórica e sustentabilidade, vide ODS 5.5 e 5.a
- 2- Fortalecer a consciência de (des)territorialização entre as mulheres quilombolas, vide ODS 10.2.
- 3- Contribuir para que os estudantes envolvidos na ação adquiram habilidades para promover o desenvolvimento sustentável a partir dos conhecimentos das sociobiodiversidades locais. vide ODS 4.7.
- 4- Realizar oficinas de aprimoramento da consciência eco histórica das mulheres da Comunidade, pautando a valorização dos saberes sustentáveis e das tecnologias sociais, vide ODS 5.5 e 5.a.
- 5-Promover oficinas de Cartografia das Memórias Coletivas acerca dos valores ancestrais de sociobiodiversidade que acompanham o grupo, vide ODS 13.3.

IV. Título da seção

As ações referentes ao evento foram organizadas contemplando a formação das mulheres quilombolas. Desse ponto de vista, as reuniões de formação e alinhamento foram exitosas considerando a sistematização dos valores relativos a uma consciência bio-histórica acerca das sociobiodiversidades do território. Desde a fase de organização, a qual consistiu em levantar o debate sobre a consciência da territorialidade por parte das mulheres da comunidade, mobilizamos a concepção de que essa consciência pressupõe que o grupo se aproprie de sua memória/historicidade com fins especificamente políticos e, para isso, ele precisa elaborar um determinado grau de consciência histórica que, segundo Jorn Rüsen (2001, p. 78), seria um fenômeno “enraíza[do] pois, na historicidade intrínseca à própria vida humana prática”. Na primeira reunião com a comunidade apresentamos o projeto e lançamos a ideia desse processo de aprimoramento da consciência que se daria por meio da abertura de um diálogo de cada sujeito consigo mesmo, com a natureza e com os outros sujeitos, sobre o que seriam eles próprios e o seu mundo, e por meio do qual são processadas as relações entre passado e presente e são projetadas ações que visam transformar suas realidades atuais.

Esse diálogo foi reforçado nas reuniões seguintes, e um dos aspectos da relação

passado/presente que se afirmou na narrativa das mulheres foi a destruição do Rio Muricizal como um dos mefícios do latifúndio, o qual usurpou o território da Comunidade. Desse ponto de vista, destaca-se que essa consciência de si e do mundo, que se forma com o objetivo de atuar na vida prática modificando-a, é um instrumento potente de disputa política, a qual mobilizamos nessa ação de extensão por meio de oficinas de formação. Por outro lado, cabe destacar que as ações de formação da consciência histórica quilombola não foram de qualquer tipo, mas de um tipo específico sustentada na ancestralidade e que se coloca contra os modos de apropriação da natureza típicas dos padrões excludentes do capitalismo e do latifúndio. Portanto, ao contrário de colocarmos o modelo de homem moderno como o sujeito primordial das relações sociohistóricas, buscamos pensar a formação de uma consciência histórica que seja crítica ao que tem sido nomeado de Antropoceno. De acordo com Eduardo Viveiros de Castro e Deborah Danowski, o Antropoceno:

designa um novo "tempo", ou antes, um novo tempo do tempo - um novo conceito e uma nova experiência da historicidade -, no qual a diferença de magnitude entre a escala da história humana e as escalas cronológicas da biologia e da geofísica diminuiu dramaticamente, senão mesmo tendeu a se inverter: o ambiente muda mais depressa que a sociedade, e o futuro próximo se torna, com isso, não se cada vez mais imprevisível, como, talvez, cada vez mais impossível (2014, p.107)

Frente às escalas geofísicas, a escala da história humana a pequena-se e as consequências cataclísmicas das ações do homem, sob o Capitalismo e o Colonialismo, colocam sua sobrevivência em risco iminente. No caso, a partir dos diálogos estabelecidos, as mulheres quilombolas reforçam suas compreensões de que é necessário cuidar da biodiversidade como uma medida de “combate à destruição do planeta”. De outro lado, essa consciência da necessidade do cuidado reforça a luta pela retomada do território, à medida que não é possível cuidar de um território que não esteja sob sua salvaguarda.

No dia da II Encontro a voz coletiva que se firmou foi aquela que recusa o “homem universal”, e forma uma consciência que descentralize os humanos e “posicione nossas ações em redes entrelaçadas de multiespécies e na configuração de múltiplos tempos” (2020, p. 204). Essa nova percepção pressupõe integrar à historicidade toda a pluralidade de humanos e não-humanos (plantas, animais, rios, rochas, etc), como parte de um sistema interdependente que valoriza outras técnicas e tecnologias e que envolve toda uma gama de agenciamentos sociotécnicos, alguns muito antigos, outros muito recentes, que vão dos sistemas de parentesco “e dos mapas totêmicos, [...] às organizações de

guarda e troca de sementes e cultivares tradicionais em várias zonas de resistência camponesa pelo mundo afora, [à] arboricultura diferencial dos indígenas amazônicos” (Castro e Danowski, 2014, p. 131). Por outras palavras, as mulheres do Quilombo Dona Juscelina, por meio de suas práticas de sociobiodiversidade, apresentam um conjunto de soluções que contribuem para integrar o mundo humano ao mundo não-humano e com isso produzir agenciamentos sustentáveis.

V. Considerações Finais

As reuniões prévias fortaleceram a formação das mulheres quilombolas acerca da relação entre história/ ancestralidade, biodiversidade e luta política pela retomada do território do Quilombo Dona Juscelina; A partir das interlocuções que têm mapeado os valores ancestrais de sociobiodiversidade presentes na comunidade, as mulheres quilombolas e co-nhecedoras das plantas medicinais tem iniciado a sistematização das questões relativas à necessidade de proteger os conhecimentos e as espécies que ainda se perpetuam na área de Muricilândia. Outro aspecto que temos evidências é a valorização dos saberes da sociobiodiversidade das mulheres quilombolas por parte dos estudantes da graduação em História. Outro aspecto que evidencia a relevância desta ação foi a ampliação da participação da educação básica, alcançado uma média de 60 estudantes.

VI. Referências Bibliográficas

COHEN, E. e FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes. EBAP/FGV, 1992.

DANOWSKI, Deborah; CASTRO Eduardo Viveiros de. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins - Desterro [Florianópolis]: Cultura e barbárie Instituto Socioambiental, 2014. 176p.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 36 ed.. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

JESUS, V. M. B. de; COSTA, A. B. Tecnologia social: breve referencial teórico e experiências ilustrativas. In: **Tecnologias sociais e políticas públicas**. São Paulo: Instituto Pólis; Fundação Banco do Brasil; Gapi/Unicamp, 2013

LITTLE, P. E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil**: Por uma

antropologia da territorialidade. Série Antropológica. Brasília: Editora UNB, 2002.

Org. das Nações Unidas. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) - Agenda 2030**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-odesenvolvimento-sustentavel> . Acessado em 15 jun. 2024.

PINTO, M. M.; et al. Como escolher a melhor metodologia para avaliar o impacto social da sua iniciativa?. **R. Tecnol. Soc.**, Curitiba, v.15, n. 35, p. 132-152, jan./abr. 2019.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: teoria da história I: fundamentos da ciência histórica. Brasília: UnB, 2001. 194 p.

TAMM, M.; SIMON, Z. **More-than-Human History**: Philosophy of History at the Time of the Anthropocene. Century Perspectives. London: Bloomsbury, 2020.

THIOLLENT, M. **Metodologia de pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez. 1986.

VII.

Financiamento

Ação financiada com recurso do Programa Floresça Proex/UFNT.